

testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

11/10/2011. — O Juiz de Direito, *Dr. João Miguel Vieira de Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Maria Gilberta Campos Vieira da Silva*.

305221498

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 15328/2011

Processo: 4273/11.5TBBERG — Insolvência pessoa singular (Requerida) — N/Referência: 9642942

Requerente: Rci Gest — Instituição Financeira de Crédito, S. A.
Insolvente: António José da Silva Rebelo

No Tribunal Judicial de Braga, 3.º Juízo Cível de Braga, no dia 06-10-2011, 09:01 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: António José da Silva Rebelo, estado civil: Divorciado (regime: Divorciado), nascido(a) em 02-02-1956, freguesia de São Lázaro [Braga], NIF 136341446, Endereço: Rua Feliciano Ramos, 32, 2.º C, 4700-000 Braga, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: António Francisco Cocco Seixas Soares, NIF: 150861834, Endereço: Av. Visconde Barreiros, n.º 77, 5.º, 4470-151 Maia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13-12-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

17-10-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Pedro Álvares de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Alina Maria Freitas*.

305246916

TRIBUNAL DA COMARCA DE CINFÃES

Anúncio n.º 15329/2011

Processo: 137/11.0TBCNF — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Joaquim Hernâni Vieira de Andrade e Paula Cristina Duarte Martins

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são: Joaquim Hernâni Vieira de Andrade, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido(a) em 02-08-1959, natural de Portugal, concelho de Cinfães, freguesia de Nespereira [Cinfães], NIF — 120629054, BI — 7587315, Endereço: Vales, Nespereira, 4690-363 Cinfães e Paula Cristina Duarte Martins, NIF — 202845524, BI — 9631484, Endereço: Vales, Nespereira, 4690-000 Cinfães

Administrador Insolvência João Fernandes de Sousa, Endereço: Rua de Metaduços, 121, Fermentões, Apartado 461, 4800-090 Guimarães

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante. Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: João Fernandes de Sousa, Endereço: Rua de Metaduços, 121, Fermentões, Apartado 461, 4800-090 Guimarães. Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão (com exclusão dos créditos a que se refere o artigo 115.º do CIRE cedidos a terceiro e pelo período em que a cessão se mantenha eficaz e do que seja razoavelmente necessário para o sustento minimamente digno dos devedores e do seu agregado familiar, não excedendo esse rendimento o correspondente a duas vezes o salário mínimo nacional); Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

22-09-2011. — O Juiz de Direito, *Nuno Domingos Cardoso Ribeiro*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Paulo Cardoso*.

305249484

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 15330/2011

Processo n.º 1283/09.6TJCBR — Insolvência de pessoa singular (apresentação)

Insolvente: Fernando Adriano Batista Pires, NIF 164534261, BI 4447448, endereço: Rua Álvaro Correia, São Romão, Santo António dos Olivais, 3030-371 Coimbra

Insolvente: Maria Filomena Carvalho Lopes, NIF 176539379, BI 9783343, endereço: Rua Álvaro Correia, S. Romão, 3030-371 Coimbra.

Administrador da Insolvência: Adelino de Oliveira Ferreira Novo, NIF 146376285, endereço: Praceta Manuel Ribeiro, N.º 15, 3780 Anadia.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.